

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA – 2023.

1 Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às 8:30 horas
2 presidiu a 8ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA
3 a Sra. Mauren Lazzaretti, Presidente do CONSEMA, deu por aberta a 8ª Reunião
4 Ordinária do Conselho Pleno, com o quórum formado. Item I – Relação de presença
5 dos representantes do Conselho Pleno na 8ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno:
6 Enéas Corrêa Figueiredo Júnior, representante da Secretaria de Estado de Meio
7 Ambiente; Adelayne Bazzano de Magalhães, representante da Secretaria de Estado
8 de Saúde; André Rodrigues Santos, representante da Secretaria de Estado de
9 Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários; Flávio Lima, representantes da Secretaria
10 de Estado de Infraestrutura e Logística; Gabriella Borges Barbosa, representante do
11 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis; Davi Maia Castelo
12 Branco Ferreira, representante da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso;
13 Harley Rafael Leopoldo Pereira, representante da Secretaria de Estado de Educação;
14 Adilson Ruiz, representante da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso;
15 Edvando Belisario, representante do Federação da Agricultura e Pecuária de Mato
16 Grosso; Fabíola Laura Costa Correa, Representante da Federação Do Comércio De
17 Bens, Serviços E Turismo Do Estado De Mato Grosso; Paulo Grisoste, Representante
18 da Ordem dos Advogados; Edilberto Gonçalves de Souza, representante da
19 Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Mato Grosso; Natacha de
20 Carvalho Luiz, representante da Associação Mato-grossense dos Municípios; Sandro
21 Andreani, representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; Ilvânio
22 Martins, representante da Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos; Paolo Monte Cruz
23 Rodrigues, representante do Instituto Ecológico e Sociocultural da Bacia Platina;
24 Álvaro Fernando Cicero Leite, representante do Instituto Ação Verde; José Carlos
25 Bazan, representante Guardiões da Terra; Márcio Augusto Fernandes Tortorelli,
26 representante do Instituto Técnico de Educação, Esporte e Cidadania; Herman
27 Hudson de Oliveira, representante do Instituto Caracol; Mário Zortéa Antunes Júnior,
28 representante da Associação dos Produtores Rurais da APA Estadual Nascentes do
29 Rio Paraguai; tendo o quórum firmado, com a palavra a Sra. Mauren Lazzaretti deseja
30 que tenham uma reunião produtiva, e é com grande alegria que preside esta reunião,
31 compartilha com todos os conselheiros a alegria de viver no âmbito do Conselho
32 Nacional de Meio Ambiente a retomada dos trabalhos e das discussões de diversos
33 aspectos relevantes. Compartilha que o Estado de Mato Grosso no âmbito do
34 CONAMA, além de estar como Conselheiro na Plenária, também tem cadeira no
35 CIPAN, o comitê de integração que faz a admissibilidade das matérias serão tratadas
36 no âmbito do CONAMA, e foi aprovada na reunião ordinária da ABEMA, sua indicação
37 como membro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos estabelecidas no CONAMA,
38 e ainda como Presidente da ABEMA compõem a Comissão Tripartite no âmbito

39 nacional, e adianta a todos, o compromisso firmado em iniciar os trabalhos no Estado
40 de Mato Grosso para constituir a Comissão Tripartite Estadual e que irá compartilhar
41 os futuros andamentos, pois tem relação direta com este Conselho. E pergunta a
42 Secretária Executiva do CONSEMA quanto a existência de algum INFORME DA
43 SECRETÁRIA, e a mesma informa que precisa ressaltar as emendas ao Regimento
44 Interno teve a colaboração do Instituto CARACOL, da ECOTRÓPICA, SEMA e OAB,
45 que todos receberam, para que possam prosseguir e aprovar o novo regimento
46 interno, e que não há MATÉRIA DE URGÊNCIA OU PEDIDO DE INVERSÃO de
47 pauta na 8ª Reunião Ordinária de 2023. Foi colocada em discussão a Ata da 7ª
48 Reunião Ordinária do CONSEMA. Em votação. A ata da 7ª Reunião Ordinária do
49 CONSEMA foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, **Processo nº**
50 **12301/2023 – SINFRA - Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA;** O
51 Superintendente Valmir colocou em tela a apresentação e iniciou que se trata de um
52 processo de licenciamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura, uma ponte de
53 concreto no Rio Teles Pires e seus encabeçamentos. Que tem a extensão de 101
54 metros e largura de 8,80 metros, na Zona Rural, divisa dos municípios de Planalto da
55 Serra e Paranatinga, que os dois municípios estão na região Centro-Oeste do Estado,
56 Paranatinga já foi um maior município do mundo, tem uma população de 24 mil
57 pessoas e Planalto da Serra, o município pequeno com 3.100 habitantes, mostra a
58 localização da ponte no mapa, próximo à Terra Indígena, justificando a presença na
59 pauta. Que a ponte está numa estrada com intenso movimento de veículos em função
60 da produção rural. Quanto a questão indígena foi feita consulta a comunidades
61 mostrando o projeto, são moradores da Terra Indígenas Bakairi com 61 mil hectares,
62 no município de Paranatinga e Planalto da Serra. O projeto foi apresentado pela
63 equipe técnica da SINFRA, analisado pela SEMA. Documentação Pertinentes:
64 Medidas de Controle Ambiental; Diagnóstico Ambiental; Plano de Exploração Florestal
65 – PEF; Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Plano de
66 Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC; ATA da reunião de
67 consulta com os índios, ofício à FUNAI recebido dia 31/07/2023. Impactos Ambientais
68 - Negativos: Surgimento de processos erosivos; Geração de emissões atmosféricas;
69 Contaminação do solo; Alteração da qualidade da água superficial; Alteração no
70 microclima; Aumento da poluição sonora; Afugentamento da Fauna; Supressão da
71 vegetação; Geração de resíduos sólidos e líquidos; Atração de vetores; Impacto sobre
72 a saúde do trabalhador. Impactos Positivos: Sinalização; Geração de emprego;
73 Valorização imobiliária. Medidas Mitigadoras: Evitar abertura de acesso e desvios
74 desnecessários; Evitar danos a vegetação quando houver manobras de máquinas;
75 Execução do PRAD na área de intervenção em APP; Evitar queimadas; Evitar
76 acumular resíduos próximo ao curso d'água; Orientar e conscientizar os
77 colaboradores das condutas corretas que minimizem os impactos sobre a vegetação;
78 Construção de valas e canais com baixa declividade para desmunir a velocidade das
79 águas, minimizando o potencial erosivo e facilitando a deposição das partículas
80 erodidas durante o percurso e a infiltração da água para o lençol freático; Plantio de

81 gramíneas ao redor das cabeceiras da ponte; Umidificação da superfície durante a
82 obra; Deverá adotar a cobertura da caçamba do caminhão transportador o material
83 com lona; Manutenção preventiva de máquinas e veículos; Treinamento dos
84 colaboradores; Acondicionar e reservar os resíduos sólidos gerados em local
85 apropriado; Implantação de unidade de tratamento de efluente – Fossa séptica e
86 sumidouro e/ou banheiro químico; Evitar trânsito de veículos pelo leito dos rios antes
87 das obras; Evitar desmatamento desnecessário, especialmente em formações ciliares;
88 Implantar sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos nas frentes de
89 trabalho; Evitar o vazamento de fluídos e da própria massa de concreto sobre o solo e
90 curso d'água; Utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e (EPCs) pelos
91 colaboradores das obras; Evitar desmatamento desnecessário, especialmente em
92 formações ciliares; Proibir caça e armadilhas de captura de animais; Evitar a
93 instalação de canteiros de obras/acampamentos próximos a ambientes úmidos e
94 florestados; Inspeccionar todas as árvores para certificar se há ninhos e se estes estão
95 ativos; Limpeza da área, e ao redor dos recipientes a qual estão acondicionados os
96 resíduos; Adotar medidas de controle químico a fim de eliminar vetores e roedores
97 transmissores de enfermidades, com aplicação semestral. Recomendação de
98 dispensa de EIA/RIMA o Parecer Técnico nº 170463/CINF/SUIMIS/2023 que analisou
99 o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda dispensa de EIA por ser
100 um projeto que não se caracteriza como significativo impacto ambiental e que visa
101 melhorar a qualidade de vida da população local. Anuência das lideranças indígenas
102 da TI Bakairi - OIT 169 atendida. Em discussão. Com a palavra o Conselheiro Sandro
103 representante do CREA/MT, diz que o processo está bem instruído, entretanto, aponta
104 que na página 207 faltou assinatura do contratante na ART. A Presidente informa que
105 fez o registro formal e solicitarão a assinatura. Não havendo mais interesse no uso da
106 palavra. Posto em votação de dispensa de EIA/RIMA do Processo nº. 12301/2023 -
107 Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, SINFRA, IBAMA, PGE, SEDUC,
108 FIEMT, FAMATO, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, GUARDIÕES DA
109 TERRA, IESCBAP, ECOTRÓPICA, AÇÃO VERDE e APA Nascentes do Rio Paraguai.
110 Abstenção: ICARACOL por não acompanhar toda a discussão. Considerando a
111 decisão, por maioria, com 19 votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do
112 Processo nº. 12301/2023 – da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística,
113 consequentemente, referenda o Parecer Técnico nº 170463/CINF/SUIMIS/2023 da
114 Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Segundo processo da pauta – **Processo nº**
115 **7002060/2023 – SINFRA - Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA;** Com a
116 palavra o Superintendente Valmi que apresenta o processo da Secretaria de Estado
117 de Infraestrutura e Logística que versa sobre a construção da ponte de concreto sobre
118 o Rio Ribeirão Bananal e os encabeçamentos, com a extinção de 51 metros, no
119 município de Planalto da Serra da Serra, um município com 3.100 habitantes,
120 apresenta imagens da localização dessa ponte e relatório fotográfico mostrando o
121 estado de conservação da madeira. Foi realizada consulta às comunidades indígenas
122 local, pois é linda a Terra Indígena Bakairi. O projeto foi apresentado com equipe

técnica da SINFRA e analisado pela SEMA. Documentação Pertinentes: Medidas de Controle Ambiental; Diagnóstico Ambiental; Plano de Exploração Florestal – PEF; Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC; ATA da reunião de consulta com os índios, ofício à FUNAI recebido dia 17/07/2023. Impactos Ambientais - Negativos: Surgimento de processos erosivos; Geração de emissões atmosféricas; Contaminação do solo; Alteração da qualidade da água superficial; Alteração no microclima; Aumento da poluição sonora; Afugentamento da Fauna; Supressão da vegetação; Geração de resíduos sólidos e líquidos; Atração de vetores; Impacto sobre a saúde do trabalhador. Impactos Positivos: Sinalização; Geração de emprego; Valorização imobiliária. Medidas Mitigadoras: Evitar abertura de acesso e desvios desnecessários; Evitar queimadas; Evitar acumular resíduos próximo ao curso d'água; Evitar danos à vegetação quando houver manobras de máquinas; Execução do PRAD na área de intervenção em APP; Orientar e conscientizar os colaboradores das condutas corretas que minimizem os impactos sobre a vegetação; Construção de valas e canais com baixa declividade para diminuir a velocidade das águas, minimizando o potencial erosivo e facilitando a deposição das partículas erodidas durante o percurso e a infiltração da água para o lençol freático; Plantio de gramíneas ao redor das cabeceiras da ponte; Manutenção preventiva de máquinas e veículos; Deverá também adotar a cobertura da caçamba do caminhão transportador o material com lona; Umidificação da superfície durante a obra; Acondicionar e reservar os resíduos sólidos gerados em local apropriado; Implantação de unidade de tratamento de efluente – Fossa séptica e sumidouro e/ou Banheiro Químico; Evitar o trânsito de veículos pelo leito dos rios durante a obra; Implantar sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos nas frentes de trabalho; Evitar o vazamento de fluídos e da própria massa de concreto sobre o solo e curso d'água; Utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e (EPCs) pelos colaboradores das obras e treinamento dos colaboradores; Evitar desmatamento desnecessário, especialmente em formações ciliares; Proibir caça e armadilhas de captura de animais; Inspeccionar todas as árvores para certificar se há ninhos e se estes estão ativos; Inspeccionar todos os taludes, murundus, e montículos para certificar que não há ninhos de coruja buraqueira; Limpeza da área, e ao redor dos recipientes a qual estão acondicionados os resíduos; Não deixar água parada em quaisquer recipientes; Adotar medidas de controle químico a fim de eliminar vetores e roedores transmissores de enfermidades, com aplicação semestral. Recomendação de dispensa de EIA/RIMA o Parecer Técnico nº 170351/CINF/SUIMIS/2023 que analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda dispensa de EIA por ser um projeto que não se caracteriza como significativo impacto ambiental e que visa melhorar a qualidade de vida da população local. Anuência das lideranças indígenas da TI Bakairi - OIT 169 atendida. Em discussão. Com a palavra o Conselheiro Sandro pelo CREA/MT, diz que é processo de LAS - da Licença Ambiental Simplificado para ponte de concreto está bem instruído, que na página 05, o Cadastro Técnico Estadual da Nádia Samira está com

165 validade vencida em 14/08/2012, e na página 204 faltou assinatura do contratante na
166 ART, na página 208 faltou assinatura do contratante na ART, e também, faltou o
167 Cadastro Técnico Estadual da Engenheira Florestal Daniela Magalhães dos Santos. O
168 Superintendente Valmi, esclarece que já fizeram tratativas com a SINFRA, no sentido
169 de evitar esse tipo de problema, e que nesse caso como era uma LAS, eles tiveram
170 alguma dificuldade em fazer as assinaturas, e que inclusive, na segunda-feira de
171 manhã tiveram o pessoal da SINFRA na SEMA, visando assinar os processos que
172 estão dentro da secretaria, cumprindo a recomendação da Presidente Substituta –
173 Secretária Lilian. E a Presidente Mauren ressalta a consignação em ata, que essas
174 questões formais serão sanadas antes da emissão da licença. Não havendo mais
175 interesse no uso da palavra. Posto em votação de dispensa de EIARIMA do Processo
176 nº. 12301/2023 - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, SINFRA,
177 IBAMA, PGE, SEDUC, FIEMT, FAMATO, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREA,
178 OAB, ICARACOL, GUARDIÕES DA TERRA, IESCBAP, ECOTRÓPICA, AÇÃO
179 VERDE, APA Nascentes do Rio Paraguai e ITEEC. Considerando a decisão, por
180 unanimidade, com 21 votos, fica aprovada a dispensa de EIA/RIMA do Processo nº.
181 7002060/2023 – da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística,
182 consequentemente referenda o Parecer Técnico nº 170351/CINF/SUIMIS/2023 da
183 Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Terceiro processo da pauta – **Processo nº**
184 **1615/2022 – Aura Almas Mineração S.A – Referendo de Licença Prévia;** Passa a
185 palavra a consultora do Empreendimento – Ana Lucia, que inicia cumprimentando a
186 todos e apresenta a equipe que a acompanha, o Sr. Pitágoras Costa - Gerente
187 Corporativo de Projetos, Sra. Fernanda Calvila - Analista Ambiental, Sr. Lucas Anjos -
188 Coordenador de Geologia do Projeto Matupá e Sr. Fernando Lobo - Coordenador do
189 EIA/RIMA pela Mineral e o Sr. Péricles Botelho - Engenheiro Florestal da Aura. E
190 começa a apresentação, que é uma produtora de cobre, ouro e prata, é listada na
191 bolsa de Toronto no Canadá e também na bolsa brasileira, B3 São Paulo. É a primeira
192 empresa de mineração de ouro listada no Brasil, em 2018 adquiriu o projeto de ouro
193 Matupá da Rio Novo Mineração. Apresenta através de mapa a localização dos
194 principais projetos e operações da Aura. Ressalta a mina de cobre no México, uma
195 mina de ouro em Honduras na América Central e uma mina de ouro em Pontos de
196 Lacerda, a mineração Apoená, e agora recentemente, construiu um projeto no
197 Tocantins e que está em fase de construção do projeto no Rio Grande do Norte. Que
198 o projeto Matupá seguiu todos os ritos do licenciamento até a emissão do parecer
199 técnico para o Referendo. Apresenta alguns números previsto para construção, sendo
200 cerca de 2.400 empregos diretos e indiretos uma média salarial de até três salários
201 mínimos, investimentos da ordem 486 milhões, na operação cerca de 3.600 empregos
202 diretos e indiretos, uma média salarial de até quatro salários mínimos e a vida mínima
203 do projeto de sete anos. Que nesses sete anos está previsto uma arrecadação de 56
204 milhões para o município de Matupá, 41 milhões para o Mato Grosso e 3,6 milhões
205 para União. Reforça a localização do projeto que está no município de Matupá, na
206 divisa com Guarantã do Norte, as Margens da BR-163. Que o entorno do projeto é

207 formado por áreas já consolidadas, de Agricultura e Pecuária. Que as principais
208 estruturas do projeto são: Minas céu aberto do depósito X1; Planta de Beneficiamento;
209 Pilha de Minério de Baixo Teor; Pilha de Estéril; Pilha de Disposição de Rejeito Seco;
210 Adutora de Água; Reservatório de Água. E destaca que nesse projeto não haverá
211 Barragem de Rejeitos, e no layout demonstra as principais estruturas, que poucas as
212 áreas liberadas pela geologia, onde não existe minério para a engenharia estrutural, e
213 foi feito um esforço muito grande para preservar as áreas de preservação
214 permanente. Em desenho mostra, a alternativa tecnológica a barragem de rejeito que
215 é a pilha de rejeito seco, que originalmente no EIA/RIMA, apresentamos o projeto com
216 uma pilha somente de rejeito seco, que preservava apenas as APP's laterais, e não a
217 central, e com o amadurecimento do projeto essa pilha se dividiu em duas,
218 preservando a APP central. E com relação à questão de água, destaca que o projeto
219 da planta foi conceituado para aproveitamento 100% circuito fechado e com perdas de
220 10%, essas perdas terão que complementar com água nova, através da captação no
221 Rio Porcão e a vazão requerida é foi de 80 metros cúbicos por hora e a SEMA emitiu
222 uma portaria de nº 450, destacando que essa vazão ela representa 5%, da vazão do
223 Rio Porcão. E passa a palavra ao Colega Fernando Lobo para dar continuidade a
224 apresentação, diz que tudo isso foi elaborado pela Empresa Mineral e contou com
225 uma equipe muito disciplinar abrangendo todos os meios biótico, físico e
226 socioeconômico, e com relação às áreas de influência foram delimitas o meio físico e
227 biótico, com base nas bacias hidrográficas e nas micro bacias e ampliaram a análise
228 incluindo alguns fragmentos florestais no entorno, no caso do meio socioeconômico. A
229 área de influência direta, é basicamente, o município de Matupá em sua totalidade. E
230 influência indireta, os municípios de Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte, que ao
231 longo do EIA/RIMA e do ao Termo de Referência foram realizados vários estudos,
232 sendo, meio físico, qualidade do ar, geomorfologia, meio biótico, terrestre, aquática e
233 meio socioeconômicas, e ainda, dinâmicas populacional, econômica, territorial e
234 sociocultural. Apresenta no mapa a localização do empreendimento e a em relação
235 algumas áreas legalmente protegidas, e que as terras indígenas e unidades de
236 conservação estão há mais de 50 km de distância do empreendimento e a áreas a
237 comunidade quilombola - mata cavalo que está 650 km, e em relação ao patrimônio
238 espeleológico mais de 100 km de distância das cavidades cadastradas, que foi
239 realizada avaliação do potencial malarígeno e o status atual é de que a APM foi
240 aprovada pela SES, e agora estão aguardando a emissão da licença prévia para
241 reunião de pactuação e obtenção do atestado. No caso do patrimônio Arqueológico, o
242 IFAM já emitiu a sua manifestação conclusiva favorável às licenças prévias de
243 instalação e de operação. Apresenta os principais impactos, que por essa razão foram
244 definidos 22 programas ambientais, abrangendo medidas de mitigadoras,
245 compensação ou dinamização dos impactos. Desta forma, a equipe, em conjunto,
246 constatou que o Empreendimento apresenta viabilidade ambiental, para seguir no
247 processo de Licenciamento, e agradece a oportunidade de fala e se coloca à
248 disposição para esclarecimentos. A Presidente passa a palavra ao Coordenador de

249 Licenciamento de Estudo de Impacto Ambiental, Jerônimo, reforça que o referido
250 processo tem toda uma evolução, que na elaboração do Termo de Referência, a
251 Secretaria, através da Equipe Técnica multidisciplinar realizou uma vistoria técnica na
252 área, que consta nos autos o relatório e quando a equipe viu que o processo se
253 encontrava maduro, foi encaminhado para apreciação deste Pleno. Com a palavra
254 Conselheiro Sandro pelo CREA/MT, que diz que o processo é muito extenso, com
255 mais de três mil páginas, e que foi muito bem feito, seguiram atentamente o Termo de
256 Referência da SEMA, com estudos *in loco* e dados bem levantados. E aponta que não
257 entendeu quanto a menções do processo início de 2019, e depois menciona o
258 processo é 5516/202, e o que liberou a LP é outro processo 161522, e questiona se
259 foi devido a alteração da razão social. Outro ponto são as ART's, que no processo tem
260 muitas de São Paulo que não estão dentro do Mato Grosso, e que os técnicos que
261 executaram o projeto e se responsabilizaram por uma atividade tem que ter a ART de
262 Mato Grosso, parabeniza o projeto e finaliza. O Coordenador Jeronimo, em resposta,
263 informa que houve a alteração de razão social, e que a Aura, está à frente do projeto e
264 a licença saiu com esse nome, e que os últimos dois volumes apensos ao processo já
265 refere a uma numeração sequencial e quanto a questão da ART, diz que irão observar
266 o apontamento. O Conselheiro Sandro, ainda, diz que sobre os programas ambientais
267 que são 22, que a empresa execute e orienta que seja informado os laudos de
268 monitoramentos ambientais de acordo com o PBA, vez que é de suma importância.
269 Jeronimo, diz que pelo que se tem acompanhado, devido a seriedade da equipe
270 técnica, acredita que será seguido à risca, corroborando, é uma empresa que opera
271 em Bolsa de Valores, então tem uma rastreabilidade do minério a ser extraído. E
272 ressalta que o processo de licenciamento de mineração não faz parte da rotina, mas
273 que com certeza será realizado os monitoramentos. O Conselheiro Sandro parabeniza
274 a equipe da CLEIA/SEMA. A Presidente concede a palavra ao Conselheiro Ilvânio,
275 menciona a fala do Técnico Lobo, quanto a mitigação e compensação, e a fala da
276 Técnica Ana Lucia que o projeto tem propositura para 7 anos, e questiona se os
277 metais se esgotam ao mesmo tempo e o segundo questionamento sobre salários e
278 mão de obras, se foi levado em conta a existência dessa mão de obra, ou se teria que
279 importar, no ponto de vista sócio ambiental. E se com o encerramento as atividades
280 em 7 anos, se haverá sobra ao final. O Sr. Pitágoras com a palavra agradece a
281 pergunta e esclarece ao Conselheiro Ilvânio, que a segunda pergunta está muito
282 associada aos princípios da Empresa, e passa a apresentar algumas experiências,
283 que a extração nesse projeto é de ouro, com vida útil de sete anos, mas com uma
284 grande possibilidade de expansão, existe alguns alvos perto, e estão avaliando para
285 aumentar ou dobrar essa vida útil. Com relação à questão socioeconômica fizeram um
286 estudo completo, que possuem a prioridade de trazer a mão de obra local, e traz
287 como exemplo o projeto implementado em Almas – TO, que é uma cidade com menor
288 potencial hoje, com uma população de 7 mil habitantes, e conseguiram colocar mais
289 de 60% de obras dos mão de obra de local, e que tem um trabalho em discussão com
290 as prefeituras de Matupá e Guarantã, que durante a fase de construção, implementar

291 programas para capacitação e desenvolvimento de mão de obra, para atender a
292 mineração, pois não existe mão de obra formada e terão esse período para capacitar
293 e fomentar a mão de obra local. E exemplifica também com o projeto de Borborema –
294 RN. E o Conselheiro Ilvânio questiona que com a desativação, caso houver nesses
295 sete anos, se também tem algum plano para essa mão de obra ou não só a
296 qualificação só durante a gestão. Pitágoras segue esclarecendo que a empresa se
297 preocupa em deixar um legado, que começam a planejar à medida que os percebem,
298 e se percebido que não tem mais expansão da mina, cria-se uma estratégia, visando
299 não deixar região 100% dependente do projeto, e com a saída do projeto, tenham
300 outras alternativas. Mas, que somente ao final do projeto terão a real percepção da
301 realidade, da economia local, contudo são pontos de atenção, inclusive, está plano de
302 fechamento. O Conselheiro Ilvânio pede a Ratificação pelo responsável Pitágoras
303 quanto essa informação perante ao Conselho Pleno acerca desse compromisso. O
304 mesmo afirma que ratifica, e informa que no *sítio* da Aura tem o relatório de
305 sustentabilidade, aonde demonstra essas ações que implementam em todas as
306 nossas unidades. Conselheiro Ilvânio agradece. A palavra é passada ao Conselheiro
307 Herman que pede o ingresso de uma pessoa irá o acompanhar nessa reunião, pois
308 sofreu um acidente. A Presidente deseja melhoras. Não havendo mais interesse no
309 uso da palavra. Posto em votação o referendo de Licença Previa do Processo nº.
310 1615/2022 - Votaram favoráveis à dispensa: SEMA, SES, SEAF, SINFRA, IBAMA,
311 PGE, SEDUC, FIEMT, FAMATO, FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB,
312 ITEEC, IESCBAP, ECOTRÓPICA (com ressalva da ratificação), AÇÃO VERDE e APA
313 Nascentes do Rio Paraguai. Abstenção: ICARACOL e Guardiões da Terra;
314 Considerando a decisão, por maioria, com 19 votos, fica aprovada o referendo da
315 Licença do Processo nº. 1615/2022 – Aura Almas Mineração S.A, conseqüentemente
316 referenda o Parecer Técnico nº 169476/CLEIA/SUIMIS/2023 da Secretaria de Estado
317 de Meio Ambiente. Última da pauta – **Deliberação quanto as Propostas de Alteração**
318 **do Regimento Interno - Resolução nº 006/2016.** A presidente alinha com os conselheiros
319 como será a coordenação dessa votação, que todos receberão um consolidado das
320 propostas, enviada pela Secretaria do CONSEMA. E sugere a aplicação da sistemática
321 espelhado no que acontece no Conselho Nacional de Meio Ambiente, sendo iniciado com a
322 votação do texto base elaborada pela comissão, e após, passa-se a votar cada uma das
323 emendas propostas em cada um dos artigos, que assim ordenará os trabalhos. Que
324 essa é uma proposta que a Presidente submete a Plenária e passa a palavra
325 Conselheiro Herman do ICARACOL, relata que enviou um Parecer para que fosse
326 incluso, sobre o procedimento acerca dos processos que vem para o Pleno, e que não
327 foi em forma de minuta, e sim um Parecer Técnico Jurídico, e que inclusive, enviou ao
328 Doutor Davi para que se ele entendesse dessa forma incorporasse ao texto base, e
329 diz que não encontrou essa incorporação e que gostaria que essa propositura fosse
330 deliberada e apreciada pelos Conselheiros e agradece. A presidente justifica que
331 acrescentou em suas anotações uma observação no artigo 12 referente a proposta da
332 ICARACOL, e que quando chegarem nele poderão deliberar. A presidente submete a
333 Plenária o rito, uma vez que não está detalhado no Regimento Interno. Solicita que

334 quem concorda permaneça como esta, e não concorde, se manifeste. Sem
335 manifestações, por unanimidade, aprovado o rito. O Conselheiro Bazan pede a
336 palavra e questionada se esse rito será parte da proposta do regimento para a
337 proposição de futuras discussões. A Presidente responde que sim, e que inclusive é
338 uma proposta da SEMA para que isso já fique como procedimento padrão para as
339 próximas discussões. Posto em votação o texto base elaborado pela Comissão -
340 Votaram favoráveis: SEMA, SEAF, IBAMA, PGE, SEDUC, FIEMT, FAMATO,
341 FECOMÉRCIO, FETIEMT, AMM, CREA, OAB, ICARACOL, IESCBAP, ITEEC,
342 ECOTRÓPICA, AÇÃO VERDE e APA Nascentes do Rio Paraguai. Abstenção:
343 Guardiões da Terra; Considerando a decisão, por maioria, com 18 votos, fica
344 aprovado o Texto Base. A presidente compartilha em imagens o texto base
345 compilado, aonde passam a apreciar ponto a ponto todas as propostas de emenda.
346 Passando a palavra para o proponente fazer a justificativa, e na sequência ordena a
347 votação. Considerando que as discussões ocorreram até meio-dia e quatro horas,
348 extrapolando o tempo programado para reunião, e não irão conseguir esgotar as
349 análises. A Presidente propõe que seja marcado uma Reunião Extraordinária,
350 exclusivamente, para tratar do Regimento Interno, a ser realizada no dia 12 de
351 setembro, se não houver oposição dos Conselheiros. E caso algum conselheiro
352 desejar enviar alguma sugestão referente aos últimos dois itens discutidos, referente a
353 procedimento de distribuição e suspensão de prazos, encaminhar até dia 11. Não
354 havendo manifestação contrária, aprovada, por unanimidade, a Reunião
355 Extraordinária. Assuntos Gerais: Não havendo inscrição para o uso da palavra livre e
356 não tendo mais nenhum assunto a tratar. A Sra. Mauren Lazzaretti, Presidente do
357 CONSEMA, agradece a participação e disposição de todos, deu por encerrada a 8ª
358 Reunião Ordinária do CONSEMA, a ata foi lavrada pela Sr.ª Valéria Auto Botelho e
359 assinada pela Presente.

360
361
362 Mauren Lazzaretti
363 Presidente do CONSEMA
364